

SESSÕES DO PLENÁRIO

33ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 29 de abril de 2009.

PRESIDENTE: DEP. PAULO AZI *AD HOC*

1º SECRETÁRIO: DEP. GABAN *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. GILBERTO BRITO *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Yulo Oiticica e Zé Neto. (53)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Marizete Pereira, comunicando sua ausência na sessão do dia 13/04/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Da Dep. Euclides Fernandes, comunicando sua ausência na sessão dos dias 06,07,08 e 13/04/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Da Dep. Ferreira Ottomar, comunicando sua ausência na sessão dos dias 02 e 06/04/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Da Dep. Leur Lomanto Júnior, comunicando sua ausência na sessão dos dias 07 e 08/04/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado João Carlos Bacelar. V.Ex^a dispõe de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, a cada dia fica cada vez mais comprovado que este é um governo que aparelha o Estado e usa a máquina pública para fins eleitoreiros.

O Diário Oficial, deputado Paulo Azi, do dia 24 de abril publica dispensa de licitação no valor de 161 mil reais para contratar ônibus para o MST. Para contratar ônibus para transportar integrantes do movimento sindical dos trabalhadores rurais, o “abril vermelho”.

Não tem dinheiro para pagar os compromissos assumidos com a Prefeitura de Salvador, não tem dinheiro para equipar a polícia, não tem dinheiro para equipar as escolas públicas, mas tem dinheiro para locação de ônibus para o MST. E o que é pior, Srs. Deputados, deputada Maria Luiza: a dispensa de licitação publicada no dia 24, não acredito que seja apenas para estes seis últimos dias do mês. Há aqui o indício de que a dispensa de licitação foi feita depois da despesa efetuada. O que eles alegam para a dispensa de licitação é que os artigos da lei não se aplicam ao caso.

A que ponto chegamos na Bahia! O governo do Estado ser utilizado como um instrumento político do MST! E quem paga a despesa é a Casa Militar do governador mostrando, deputado Gilberto Brito, que essa foi uma despesa exclusivamente política.

Só na Bahia acontecem esses absurdos. Um governador ausente, um governador que não trabalha, um governador que só pensa na politicagem, e é por isso que estamos em crise nas áreas da Segurança Pública, Saúde e Educação.

Salvador vive momentos difíceis, e até o momento o governo estadual não reconheceu o estado de calamidade que a cidade atravessa. É uma perseguição ao prefeito João Henrique, mostrando que este governo só atua onde se encontram os interesses do Partido dos Trabalhadores.

Queria, deputada Maria Luiza, que o governador tivesse com a população de Salvador a mesma presteza e a mesma agilidade que tem para atender aos interesses do movimento sindical dos trabalhadores rurais, o chamado “abril vermelho”. Assim é fácil fazer a “primavera vermelha”, o verão vermelho, o inverno vermelho e o abril vermelho, porque o MST vive das benesses do governo federal. E agora constatamos que também o governo da Bahia é instrumento para fortalecer o MST em atividades

exclusivamente políticas. Fala-se na vinda do ditador Hugo Chaves à cidade do Salvador. Se tiver movimentos contra o ditador Hugo Chaves, por exemplo, o governo Wagner vai também pagar os ônibus. É essa a pergunta que fica, dispensa de licitação, deputado Clóvis Ferraz, para contratar ônibus para transportar os integrantes do Movimento dos Sem Terra. É o uso desavergonhado da máquina pública; é o uso do dinheiro do povo para atividades políticas. É por isso que a Bahia se encontra na situação que está.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. e Sr^{as} Servidores, Srs. da Imprensa, Srs. Visitantes, faço uso deste Pequeno Expediente, em primeiro lugar, para externar um posicionamento do Partido dos Trabalhadores do Diretório Municipal de Camaçari, a respeito de um fato ocorrido no último sábado na cidade de Camaçari, o que foi trazido para esta Casa pelo nobre deputado João Carlos Bacelar, representando o PTN, e em nome do PT quero me solidarizar com o PTN, que foi uma nota emitida pelo Partido dos Trabalhadores no município de Camaçari por não concordarmos com nenhuma forma de agressão e de violação dos direitos constitucionais da democracia.

Somos oriundos da luta popular. E o nosso partido, como todos os outros partidos populares, nasceu a partir do contexto do enfrentamento, da quebra de paradigmas e, acima de tudo, pela privatização e pela manutenção, melhor dizendo, do direito democrático de subsistência. Jamais iríamos concordar com a invasão de uma sede que representa a instituição de um partido, o direito constitucional da sociedade como violação.

Foi emitido ao PTN o documento oficial, eu trouxe uma cópia e entreguei ao deputado, porque é posicionamento do partido em termo municipal. Quero dizer que em relação ao episódio não temos nada a ver com o partido, como assim também não tem nada a ver o prefeito Luiz Carlos Caetano. O que ocorreu não justifica, mas foi uma ação isolada, inclusive, de cunho partidário. Na sede do PTN realizava-se uma reunião de criação de um sindicato, e outros sindicatos de atuação no município tiveram as suas militâncias participando desse evento e lá ocorreu uma reação conflituosa que levou ao enfrentamento de brigas e, conseqüentemente, de danos do patrimônio do espaço físico do PTN. Nós, em nome do Partido dos Trabalhadores, não defendemos e não concordamos. Defendemos que seja apurado e que os responsáveis passem a responder por essa violência.

Quero externar aqui o nosso compromisso como partido. Posso dar o depoimento que a minha origem política se deu exatamente na clandestinidade, na época em que neste País não se podia estar organizado, no setor social, na defesa dos interesses públicos.

Fui do movimento MR 8, depois passei um bom tempo na militância, no movimento estudantil, sem me agremiar a nenhum partido, exatamente porque até aquele momento da minha adolescência eu não acreditava no institucional. Achava

que se poderia chegar à transformação deste País até mesmo para a época, a partir de uma luta armada.

Com o tempo, nós amadurecemos e, com a criação do Partido dos Trabalhadores, final da década de 70 para o início da década de 80, me filiei a este partido, onde estou até hoje e venho sendo um defensor do institucionalismo e acredito hoje, que o avanço que o Brasil construiu ao longo desse tempo foi pelo institucional e, conseqüentemente, não poderia estar de acordo com uma violência tamanha como a que foi apresentada. Por isso, fiz uso da palavra nesse momento.

Mas quero concluir, Sr. Presidente, nos últimos minutos que ainda me restam, para dar um informe, uma satisfação. Ontem, nesta Casa, a Comissão de Promoção da Igualdade Racial realizou uma audiência pública para discutir a situação do Pelourinho, com o propósito de defender a sua restauração e a sua manutenção. Foi uma audiência muito participativa, solicitada pela comunidade do Pelourinho, e aqui estiveram os representantes dos comerciantes, dos moradores e das instituições que compõem aquele patrimônio histórico-cultural do Centro Histórico de Salvador.

E, conseqüentemente, podemos avançar em vários aspectos. Só lamentamos, Sr. Presidente, porque pela terceira vez em que nós fazemos a tentativa, o Município de Salvador não se fez presente. Nós solicitamos a presença de três Secretarias que estão inseridas no contexto do Centro Histórico e achamos importante que o Município possa participar num próximo evento para, junto com os órgãos estaduais, sob a condução desta Casa, possamos, de fato, dar respostas afirmativas para a manutenção e a sustentação do Patrimônio Histórico de Salvador e, em especial...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado Bira.

O Sr. BIRA CORÔA:- Concluindo, Sr. Presidente, agradeço, inclusive, pela concessão do avanço no tempo e espero um outro momento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra ao deputado Álvaro Gomes, por cinco minutos. E fico feliz, deputado Álvaro, porque já estava com saudade de ver V.Ex^a nesta tribuna.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, nobre deputado Paulo Azi, demais deputados, queria inicialmente registrar que hoje tive acesso ao *blog* www.porescrito.com.br, do nobre jornalista Luís Augusto, e é com prazer que dispomos de uma nova forma de comunicação porque o jornalista Luís Augusto, funcionário desta Casa, é um jornalista experiente, que tem tratado essa questão com muita ética.

A comunicação é muito importante para a sociedade. Quando nós observamos que mais um profissional que tem compromisso com a comunicação, e também o tem com ética, lança a oportunidade para que os leitores possam utilizar esse instrumento, nós só podemos parabenizá-lo. É com muito prazer, Luís Augusto, que recebemos esse novo instrumento de comunicação, para que a população possa ter acesso a mais um meio de comunicação via *internet*, que efetivamente informa, porque existem outros que desinformam. Mas esse, com certeza, veio para informar. Isso é muito

positivo.

Quero fazer um chamamento a todos os parlamentares desta Casa, e não apenas os parlamentares, mas para todos que possam participar de uma sessão especial de minha autoria que será realizada amanhã às 15 horas. Essa sessão especial discutirá um assunto de grande importância para nossa população, trata-se do debate da regulamentação do mototáxi no Estado da Bahia.

É preciso ressaltar que o serviço de moto-táxi tem se expandido de forma muito acelerada. Em todas as cidades do Estado da Bahia pudemos observar a existência do serviço de moto-táxi. Serviço esse que, no momento, tem sido importante, porque a moto chega em vários locais onde não existe o transporte para as pessoas, e em locais onde sequer o ônibus, o táxi ou outro tipo de transporte alternativo alcança. Portanto, não podemos ficar de fora desse debate.

É claro que esse debate pode ser polêmico, mas não me importo. Acredito que a polêmica é importante para que possamos tirar as nossas conclusões e com isso buscar a melhor solução para a sociedade. O fato é que existem milhares de mototaxistas no Estado da Bahia efetivamente atuando, e em muitas cidades eles já atuam após a aprovação de Legislação Municipal. Precisamos discutir isso em escala estadual, assim como esse debate nacional também existe.

Convido todos os deputados que puderem comparecer a essa sessão especial de amanhã, que promete ser bastante movimentada. É um tema polêmico, mas a polêmica é importante para que possamos tirar conclusões que beneficiem a população. Fica aqui o nosso chamado para que todos participem, amanhã, a partir das 15 horas, da sessão especial para discutir...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- A regulamentação do mototáxi no Estado da Bahia.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra pelo tempo de 5 minutos ao deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputadas, Srs. da Imprensa e Srs. das Galerias Paulo Jackson. Sr. Presidente, já o fiz pessoalmente, mas quero me solidarizar, aqui da tribuna, com o deputado João Carlos Bacelar pelo episódio da invasão da sede do PTN em Camaçari. Quero também elogiar a atitude do deputado Bira Corôa, que em nota do partido se solidariza com o deputado João Carlos Bacelar e refuta qualquer tipo de ação violenta, assim como refutamos a agressão a qualquer tipo de instituição, principalmente sedes de partidos democraticamente constituídos. Zelamos pela democracia partidária, e é inadmissível esse tipo de ação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aqui elogiar o ato de assinatura de recuperação da estrada Vitória da Conquista/Brumado e Vitória da Conquista/Itambé. A estrada 6263 está incluída há mais de dois anos no Plano de Recuperação e Manutenção de Estradas – REMAR, que tem convênio com o Banco Mundial. Esse programa foi aprovado por esta Casa no Governo de Paulo Souto, e posteriormente,

foi ratificado pelo governador Jaques Wagner, logo no início do seu governo.

Nós cobrávamos a implantação, construção e recuperação das estradas através desse programa, que tem tido uma atuação muito pouco impactante em relação ao volume de recursos, são mais de R\$ 400 milhões.

Felizmente, foi assinada a recuperação dessa importante estrada. Já havíamos, ao longo desse período, pedido diversas vezes que se fizesse essa recuperação, que era um reclame muito grande da população da Região Sudoeste, dos diversos municípios que compõem a região. É uma estrada importantíssima, pois faz a ligação entre municípios importantes: de Vitória da Conquista, no Sudoeste, para a Serra Geral, os municípios de Brumado, Livramento, Guanambi e Caculé, passando por Anagé e Aracatu.

Essa estrada tem uma importância fundamental. Foram dois anos de espera para que houvesse essa assinatura. Felizmente, no sábado passado, com as presenças do ministro Geddel Vieira Lima e diversas autoridades, foi assinada a licitação para a recuperação pelo vice-governador e governador em exercício, Edmundo Pereira. Nós elogiamos o ato, agradecemos, e vamos estar atentos aqui, cobrando a efetivação do ato assinado. Se foram necessários dois anos para ser assinada a licitação para a recuperação da estrada, não queremos crer que vamos esperar mais dois anos para que a estrada seja, efetivamente, recuperada.

Hoje, ela está, praticamente, intransitável. O deputado Gilberto Brito sabe disso, porque passa por lá para ir à sua gloriosa terra, Paramirim. Ele sabe das dificuldades dos caminhões de cargas e carros que transportam pessoas que, hoje, trafegam por aquela estrada. É uma via de transporte muito importante, que faz a comunicação de toda a região, e por onde trafegavam, inclusive, os caminhões que transportavam a soja que vinha do Oeste para o Porto de Ilhéus, com cargas muito pesadas, dando motivo para que a estrada se deteriorasse mais rapidamente.

Nós estamos, aqui, elogiando o ato, mas vamos estar atentos, cobrando a efetiva recuperação da estrada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, também irei falar hoje dentro da linha de raciocínio do deputado João Bacelar, e gostaria, deputado Heraldo Rocha, de sua atenção. Não sei se V.Ex^a já atentou para o assunto que foi tratado pelo deputado João Bacelar, do qual eu também irei tratar.

Foi publicada uma dispensa de licitação no valor de R\$ 161.385,00 para o transporte de integrantes do MST após a manifestação que fizeram aqui, na capital, na semana passada, num momento, deputado Heraldo Rocha, Srs. Deputados, minha cara deputada Maria Luiza, em que o governo diz que não tem condições, que não tem dinheiro para contratar os delegados concursados e treinados; num momento em que o governo do Estado, através do reitor da Uneb, vem à Comissão de Educação e

diz que está parado há, pelo menos, dois anos desse governo um pedido para a contratação de professores. Centenas e centenas de alunos prestaram concurso vestibular, passaram e não estão tendo aulas por falta de professores. E se gasta R\$ 161 mil, com dispensa de licitação, para transportar membros do MST.

Eu proponho, meu caro Líder da Minoria, que consulte os advogados que prestam serviço à Minoria nesta Casa para saber se entramos com uma Ação Civil Pública contra esse ato ou se cabe apenas uma representação ao Ministério Público.

Duas ações terão que ser tomadas. Ou uma Ação Civil Pública, ou o Ministério Público aciona para que investigue, porque eu não entendo se é atribuição do governo num momento de crise dar transporte através de uma dispensa de licitação para o MST no valor de 161 mil. Mas tão grave ou até mais grave que isso é o projeto que foi encaminhado pelo governador do Estado e publicado no *Diário do Legislativo* na sexta-feira passada, deputado Clóvis Ferraz, e ontem, eu não estava infelizmente aqui no Plenário, estava em reuniões fora. Na hora em que cheguei, já tinha sido, de uma maneira estupidamente rápida, aprovado em regime de urgência.

Esse é um golpe mortal, deputado Álvaro Gomes, nos funcionários públicos do Estado da Bahia. Eu sou membro titular do Conprev, Conselho de Previdência do Estado, através do qual foi contratada uma empresa de consultoria para fazer a curva equatorial, atuarial dos servidores públicos do Estado da Bahia, para que o déficit que existe, deputado Gilberto Brito, anualmente, e que não vem de hoje não, esse débito vem de muitos e muitos anos, não só na Bahia, mas em todos os estados da Federação, e vemos até em outros países do mundo, para que no final do ano o governo faça aportes financeiros, uma espécie de poupança para que, quando o servidor público for se aposentar, tenha direito às garantias pelos recursos que tem, já que existe um déficit anual no Fundo de Previdência do Estado da Bahia.

O que o governo está pretendendo com esse golpe no servidor público é retirar esse dinheiro da poupança. Imagine, deputado Clóvis Ferraz, se essa mania vira moda. Ele coloca por 2 anos, dizendo que é a crise financeira. O que é que o servidor público tem com isso? Trabalhou aí 30,40 anos ajudando o Estado, ajudando a desenvolver o Estado. Os governos passam, mas a instituição Estado fica.

Na hora em que eles tiverem direito a receber a sua aposentadoria, não vai ter dinheiro, porque esse projeto, que foi aprovado ontem em regime de urgência sem uma discussão no Conprev, do qual, repito, faço parte, em nenhum momento passou isso por lá, muito pelo contrário, o trabalho que nós fizemos no Conprev, repito, através de uma consultoria especializada nesse sentido era para o fortalecimento desse caixa de previdência do Estado da Bahia, e agora se dá um golpe mortal.

Não pode essa Casa votar em regime de urgência, como foi aprovado ontem, sem uma discussão ampla com todos os segmentos organizados, todos os sindicatos que representam o servidor público. A aposentadoria não depende apenas do servidor público, mas sim, de uma discussão com sua família, pois a aposentadoria é para dar uma garantia, não só ao servidor, mas também aos seus familiares. E esta Casa não pode, de uma maneira irresponsável, açodada, votar um projeto que é publicado sexta-feira, em regime de urgência, ontem, prazo para apresentação de emendas, em

consequência, se encerra hoje às 19h10min, que foi a hora em que fui ver que foi aprovado. Não há nem tempo de estudarmos isso direito, não houve discussão.

Todos os sindicatos têm de participar. Os servidores públicos têm que ter consciência, espero que a imprensa dê a divulgação necessária em relação a esse crime que está sendo cometido com os funcionários públicos do Estado da Bahia, que não podem ficar privados de uma aposentadoria. Se o Fundo de Previdência já tem déficit, imaginem se retirar essa poupança, a ideia era dar garantia, tanto é que esta Casa Legislativa aprovou um projeto para que os novos servidores públicos que através de concurso público entrarem no Estado da Bahia tenham outro tipo de previdência desvinculado da já existente. A ideia quando aprovamos foi essa; não foi a de acabar com a previdência dos servidores público. Mas esse projeto compromete diretamente isso.

Vou me ausentar agora porque vou ao meu gabinete para tentar, mesmo diante do pouco tempo que falta, deputado Álvaro Gomes, fazer as emendas. E destaquemos que, por causa da maneira açodada como essa proposição foi feita, nenhum sindicato tem conhecimento. E tem de haver o devido conhecimento.

Quero ver a manifestação daqueles parlamentares que sempre diziam que representavam sindicatos de diversas categorias aqui nesta Casa, porque silêncio é omissão. E a omissão tem de ser condenada, porque verificamos que esse projeto vai prejudicar os servidores e os seus familiares.

Encerro dizendo que a aposentadoria é a garantia para o funcionário e para os seus familiares quando ele deixar de exercer o serviço público no Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o deputado Paulo Azi por até 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, S.Ex^a o governador Jaques Wagner, depois de uma semana, deputado Heraldo Rocha, passeando pela Índia, pela Europa, porque não vou imaginar que ele foi trabalhar, haja vista o pífio resultado dos contatos que teria feito nessa última viagem...

Na realidade, o governador Wagner foi à Índia e à Europa passear, descansar, deputado Clóvis Ferraz. E o mais estranho é que esperávamos que, depois de uma semana descansando, passeando, ele voltasse à Bahia relaxado, bem-humorado, com suas energias recarregadas para enfrentar os enormes desafios que tem pela frente. Mas, para a minha surpresa, Sr^{as} e Srs. Deputados, o governador chegou mais mal-humorado do que quando foi. Está agressivo, violento, deputado Javier, numa atitude que até, diria, não se coaduna com personalidade dele.

Não sei se o governador Jaques Wagner também ficou abatido, assim como a maioria dos petistas, ao saber do resultado da última pesquisa de opinião pública que traz o ex-governador Paulo Souto numa folgada liderança. Não sei se é isso que está a tirar o humor de S.Ex^a. Mas o pior é que esse mal-humor do governador Jaques Wagner tem feito com que ele dê declarações desastradas à imprensa.

Deputado Clóvis Ferraz, o governador pensa que tem autoridade e chega a ter a petulância, deputado Luiz de Deus, de tentar pautar o que a Oposição deve ou não fazer. De tentar dizer aonde a Oposição deve ou não ir. Além dessa petulância, o governador investe contra seus aliados; contra o PMDB, partido ao qual está filiado o prefeito Roberto Maia, presidente da UPB-União dos Municípios da Bahia, à frente da qual tem feito um brilhante trabalho. Mas o governador desrespeita também o presidente dessa entidade que congrega 400 municípios do nosso Estado e, não satisfeito, Sr^{as}. Deputadas e Srs. Parlamentares, é deseducado com o presidente do PSDB da Bahia, Antônio Imbassahy, e com o deputado federal Jutahy Magalhães, aos quais quero prestar a minha solidariedade pela maneira grosseira, deseducada, deselegante como esse governador autoritário os tratou. Deputado Javier, V. Ex^a, que militou, durante toda a sua vida, lutando a favor da democracia, como pode silenciar diante de gestos e atitudes autoritárias e pautar a conduta da Oposição na agressão aos seus correligionários?

Deputado Javier, espere, aguarde!

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. PAULO AZI:- Vou concluir.

Já foi o PMDB, está sendo o PSDB e, daqui a uns dias, o próximo partido a ser desacatado por esse governador autoritário será o PCdoB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães): - Com a palavra, o nobre deputado Gilberto Brito, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Javier Alfaya:- Ele não quer, não, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, deputado Paulo Azi, há pouco, passava ali pela balança e vi o movimento de servidores públicos do Estado solicitando do governo o pagamento da URV.

O Sr. Javier Alfaya:- Muito bem, deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Companheiros e companheiras, talvez o deputado pelo PC do B..., porque há um domínio virtual, atualmente, dos sindicatos, há um domínio virtual, eles já tiveram um domínio total, mas utilizaram os servidores públicos como massa de manobra para se elegerem e elegerem o governador Wagner. Venderam um produto que não estão podendo dar, cumprir e estão passando por um momento difícil! E a gente usa uma expressão popular: “Estão numa saia justa com os servidores públicos.”

Mas via Líderes que, num passado recente, vinham a esta Casa, faziam manifestações, e acho isso um direito líquido e certo.

Li, há pouco, num dos *blogs*, a atitude do governador, que, mais uma vez, condenou a grande movimentação realizada, ontem, aqui na capital, pelos prefeitos

dos municípios baianos. Estava sendo entrevistado por uma das emissoras de rádio, ontem, e me disseram: “Ah, mas esperaram os prefeitos, puseram umas cadeiras, havia lá um secretário de Estado!

Foi um tiro no pé! Viram que erraram, que foram incompetentes politicamente, e o que ocorreu? Os prefeitos fizeram a sua movimentação, mostraram as suas preocupações. Os problemas, na grande maioria, são federias, o único problema estadual relatado na pauta de reivindicações dos senhores prefeitos é o problema da contratação de delegados, cujo discurso esse governo já mudou. O discurso já mudou. Agora, já estão com o discurso de que a capital tem quatrocentos e tantos delegados, já mudaram o discurso.

Mandei, hoje, a minha assessoria levantar todos os municípios que não têm delegado. Vamos convidar os prefeitos desses municípios a comparecerem a esta Casa, deputado João Bacelar. Já que o secretário da Segurança não quis comparecer hoje, vamos convidar outras lideranças. O secretário da Segurança, 9 horas da noite de ontem, avisou que não viria para o debate a respeito do maior problema que atravessa a Bahia, que é problema da segurança pública.

Quanto a esta nota publicada no *Política Livre*, já tratada aqui desta tribuna pelos deputados João Carlos Bacelar e Gaban, determinamos a assessoria jurídica da Liderança da Minoria para analisar mais essa incoerência deste governo. Olha, é uma incoerência você dar ônibus para o “Abril Vermelho”, para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, e depois ele ocupam a Secretaria de Agricultura, prédio do Estado. Eu dizia hoje a meus filhos, no almoço: “Vejam como esse governo é incoerente, eles dão um ônibus para trazer os sem-terra, sem licitação, mas esses sem-terra, deputado Luiz de Deus, vêm para Salvador para ocupar o prédio da Secretaria da Agricultura, prédio próprio, sem permitir que a Secretaria da Agricultura funcione. Onde nós estamos? Que incoerência desse governo! A que ponto nós chegamos!

A nossa assessoria jurídica, deputado João Carlos Bacelar, V.Ex^a vai analisar, já está providenciando, talvez, uma ação civil pública com relação a essa situação.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Concedo a palavra ao orador inscrito no Grande Expediente, no horário do PMDB, pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria, ou ao representante do Pcdob, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, por todo tempo falará o deputado Javier Alfaya.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o deputado Javier Alfaya pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, prezados companheiros da imprensa que trabalham diariamente nesta Casa, prezadas companheiras da Taquigrafia, antigas conhecidas de tanto trabalho aqui realizado e em outra fase, na Câmara de Vereadores de Salvador, algumas delas já trabalharam lá, dirijo-me a este Plenário, hoje, um tanto esvaziado, porque temos a presença de apenas cinco deputados e da deputada Maria Luiza Carneiro. Quero comentar, muito rapidamente, a reivindicação dos funcionários do IPAC e de outros órgãos do governo que está sendo levantada em diversas manifestações aqui agora no Centro Administrativo.

A luta para receber a URV devida pelo Poder Executivo baiano é justa e merece nosso apoio e simpatia. O PCdoB tem militantes em diversos sindicatos e associações do funcionalismo. Esses segmentos do funcionalismo, deputada Maria Luiza, estão reivindicando a URV, assim como, segmentos do funcionalismo da Prefeitura Municipal de Salvador, que tem vosso marido como prefeito, também reivindicam o pagamento da URV quando esta foi a moeda de transição que tivemos no Brasil enquanto o Real não chegava. Não é isso deputado Álvaro Gomes?

Portanto, aquelas categorias que foram prejudicadas pela transição ou que perderam o poder de compra pelos seus salários, historicamente têm pleiteado na Justiça ou negociado diretamente, quando é possível, devido a determinado patamar de entendimento, o pagamento da URV. Algumas categorias do funcionalismo já venceram na Justiça esse pleito. Portanto tanto o governo da Bahia quanto outros governos estaduais pelo Brasil afora têm a obrigação de pagar a URV como o Judiciário o fez. Isso serve de referência para essa luta do restante do funcionalismo nesse caso do Poder Executivo, assim como, também, deputado Luís de Deus dos funcionários desta Casa, não sei se já receberam completamente, mas estavam recebendo as parcelas.

Sendo assim o Poder Legislativo e o Poder Judiciário da Bahia já pagaram integralmente ou parcialmente a dívida da URV. Resta ao Executivo, que é a estrutura que tem o maior número de funcionários, pois são quase 200 mil funcionários. E uma parte dele pleiteia muito justamente aquilo que é de direito porque é salário. Não se trata de outra coisa, nada mais, nada menos, do que o salário que não foi pago.

Mas não é que não foi pago por Jaques Wagner nem por Paulo Souto no último governo, não se trata de atacar governo A ou B. Trata-se simplesmente de reafirmar uma reivindicação que diz respeito a uma realidade de mais de uma década atrás e que é uma realidade inegável, que não se pode questionar.

O que deve se questionar deste governo sério, com o funcionalismo, e um governo sério com as finanças e com equilíbrio da arrecadação e da administração das finanças públicas como é o caso do governo Wagner, que tem a frente na pasta da Secretaria da Fazenda um companheiro, que muitos tentaram ridicularizar no início do governo, pensando que um sindicalista a frente da pasta da Secretaria da Fazenda seria algo arriscado ou questionável. Carlos Martins tem se revelado um grande

secretário da Fazenda, um grande administrador, um grande negociador, tanto com o funcionalismo como com as empresas, com os devedores, aqueles que devem ao Estado ou com aqueles que tem créditos a receber.

É uma pessoa que circula em todos os ambientes de economia da Bahia, reconhecido pela sua competência.

Desta forma, este governo tem compromisso com o pagamento da URV, mas irá fazê-lo na medida em que os cofres públicos permitirem. E parece-me, deputado Heraldo Rocha, V. Ex^a que é do Democratas, partido que sucedeu o PFL e que governou a Bahia por tanto tempo na época em que a URV, ou os salários que deram origem ao pleito da URV deveriam ter sido pagos. Foi no governo do PFL que deixaram a dívida para ser paga. Está aí agora. O que se deve de salários em termos de URV.

V. Ex^a reconhece muito bem.

O Sr. Heraldo Rocha:- Reconheço a dívida.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Quero que a taquígrafa registre o que o deputado Heraldo Rocha está dizendo. Embora o deputado esteja falando fora do microfone, todos podem ouvi-lo.

O Sr. Heraldo Rocha:- Mas não usei a dívida como massa de manobra.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Ele reconhece a dívida feita pelos governos que ajudou a construir e apoiou.

Reconhecemos a dívida, deputado Heraldo Rocha, e estamos dizendo que será paga à medida que as finanças públicas da Bahia assim permitirem. Não há nenhuma má vontade com os funcionários do IPAC, não há nenhuma má vontade com os funcionários de qualquer outro segmento, seja autarquia, seja empresa, seja fundação, seja administração direta clássica do nosso Estado, o governo pagará quando tiver condições.

Trata-se de um volume enorme de recursos, deputados Luiz de Deus e Gilberto, V.Ex^a que também é funcionário do Estado, é delegado de carreira da Polícia Civil do nosso Estado, portanto funcionário da Secretaria da Segurança Pública. Parece que agora, nesses próximos meses, deputado João Bacelar, o governo do Estado não terá condições de pagar aquilo que os companheiros do movimento sindical pleiteiam por causa de razões absolutamente claras e públicas. Vivemos sob um contingenciamento...

O Sr. Heraldo Rocha:- E a área da Saúde, deputado, parece que está entregue.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- (...) vivemos sob a condição de corte de gastos em áreas onde o governo não pretendia, a princípio, fazer corte nem contingenciamento, como Educação, Saúde, entre outras, mas o governo foi obrigado a tomar essas medidas de contenção em função de uma crise que é reconhecidamente de responsabilidade e de origem fora do País, de um modelo econômico e de gestão das coisas públicas, das finanças públicas como da própria administração, deputado Gilberto, que diz respeito a um modelo - já dissemos isso aqui diversas vezes - neoliberal, que acabou dando no que deu.

Hoje nem o presidente da França Sarkozy, nem os dirigentes dos Estados

Unidos da América do Norte, nem mesmo o presidente Obama, que foi eleito pelo partido que é um dos responsáveis por esse modelo internacional. O Partido Democrata quando dirigido por Bill Clinton implementou medidas nesse sentido de apoio à liberalização econômica, redução dos gastos sociais, redução dos gastos com administração pública, abertura das fronteiras econômicas dos países pobres e dependentes, proteção da economia norte-americana para defender empregos, os interesses e os lucros das empresas norte-americanas. Esse modelo que foi defendido durante décadas por ideólogos, foram duas décadas, do PSDB e PFL, agora Democratas, é justamente o que agora deu, como se diz no popular, com os burros n'água ou, como dizem alguns outros, fazendo com que a vaca fosse para o brejo. E a vaca do capitalismo, de fato, foi para o brejo, esbodegou no lodaçal e no terreno inseguro. Essa aventura financeira e essa especulação, com todas as suas consequências negativas sobre a arrecadação das máquinas públicas e sobre os orçamentos de áreas importantes, como é o caso que comentamos aqui agora da área da cultura, do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural do Estado – IPAC, assim como da Saúde, da Educação, tudo isso é consequência de medidas que fracassaram.

E o governador que aí está não fazia coro com aqueles que defendiam esse modelo. Ao contrário, Jaques Wagner assim como Lula são a expressão no voto da vontade popular de contestar esse modelo e de criar uma alternativa. Estão tentando fazer isso com todas as adversidades que existem aí, e agora com uma grande adversidade pelo meio que é a grande crise estrutural do capitalismo, que também atinge a nossa economia e concretamente a economia baiana, deputado Luiz de Deus.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Para concluir, deputado.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Permita-me só um minuto para concluir, deputado Júnior Magalhães.

Então penso que precisamos ter cautela quando tratamos das finanças públicas. Apoio sem restrição o pleito dos companheiros do IPAC. E quero aqui me comprometer, deputado Júnior Magalhães - o tempo hoje não vai dar, farei isso em outro momento, espero que na semana que vem - fazendo uma intervenção mais longa sobre o próprio Instituto Patrimônio Artístico Cultural da Bahia – IPAC, brilhantemente dirigido pelo arquiteto Frederico Mendonça, que tem dinamizado o IPAC, tem colocado o IPAC no patamar de qualidade, de produtividade, de intervenção, de resolutividade como nunca se viu. Faz jus às expectativas na área do patrimônio que tínhamos sobre o governo da Bahia, sobre o IPAC completamente. Espero que possamos votar, deputado Júnior, que está no comando da sessão agora e é membro da Mesa, logo o projeto do governador Wagner reformulando a Secretaria de Cultura e parte do IPAC para que tenhamos uma máquina mais ágil.

O brilhante secretário é o companheiro Márcio Meirelles, que executa ações aprovadas pela Conferência Estadual de Cultura e, apesar das polêmicas que houve envolvendo algumas ações da secretaria, tem implementado corretamente uma decisão democrática na Bahia quanto a sua política cultural. Tem sido uma gestão vitoriosa a sua até então, na minha forma de entender.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Para concluir, deputado.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Mas quero falar concretamente do IPAC e daqui a alguns dias também sobre a proposta de reformulação da Lei Rouanet, lei nacional, federal de incentivo à Cultura que está sendo objeto de revisão por iniciativa do ministro baiano Juca Ferreira e da sua competente equipe, que tem igualmente entre seus quadros companheiros brilhantes do PCdoB desde o início da gestão do ministro anterior, o nosso querido Gilberto Gil.

Muito obrigado, deputado Júnior Magalhães, pela tolerância. E peço desculpas ao deputado Gilberto Brito por não ter concedido o aparte. Concederei na próxima vez.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarei por sete minutos. E o deputado Javier Alfaya, por três.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 7 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, teremos depois de amanhã as comemorações do 1º de Maio na Central dos Trabalhadores do Brasil, seção Bahia. Ela vai comemorar esta importante data a partir das 13 horas, no Campo Grande.

O Sr. Gilberto Brito:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Com o aparte o deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Álvaro Gomes, agradeço o aparte de V.Exª.

Gostaria de fazer um esclarecimento. Poderia esperar o tempo normal para fazer uso da palavra mas, como tenho um compromisso, uma audiência marcada para daqui a pouco, por dever de justiça quero colocar a questão.

Ainda há pouco vi aqui o deputado João Carlos Bacelar comentar a respeito de uma dispensa de licitação da Casa Militar com a finalidade de alocar recursos destinados para transportar daqui ao local de origem membros do MST. Confesso que fiquei um tanto quanto estupefato, porém depois tive o cuidado de entrar em contato com o coronel Expedito, Chefe da Casa Militar, diga-se de passagem um homem extremamente educado, civilizado. Ele me informou que essa medida foi tomada visando fretar ônibus para diversos locais do Estado da Bahia para que transportassem dois mil membros do MST que estavam na capital. E assegurou ele que esse foi o único caminho utilizado, da mesma forma que a Casa Militar sempre fez.

Então, por dever de justiça, agora daqui tenho de falar defendendo a situação da Casa Militar. Inicialmente fiquei um tanto na dúvida quanto à questão, mas o coronel Expedito esclareceu-a. Como tenho que me ausentar, fiz este esclarecimento público.

Muito obrigado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Registrado o esclarecimento, deputado Gilberto Brito, incorporo-o ao meu discurso e retornarei a falar sobre o 1º de Maio, dia internacional do trabalhador.

O 1º de Maio sempre foi comemorado com muitas lutas, mobilizações. É uma data histórica dos trabalhadores que todo o mundo leva em consideração, porque é fruto de muitas lutas. A comemoração do 1º de Maio se dá em razão de marcar o dia em que operários lutaram por melhores condições de trabalho, melhores condições de salário e foram massacrados, no século passado.

O 1º de Maio é um dia que representa a luta, representa a mobilização, representa a esperança da transformação da nossa sociedade, buscando a construção do socialismo e de uma sociedade justa.

Por isso fazemos um chamamento para que todos possam participar das festividades no Campo Grande. A partir das 13 horas, estarei lá, continuo na condição de bancário, de sindicalista bancário, junto com os trabalhadores, lutando por emprego, por melhores salários, por melhoria das condições de vida da nossa população, por reforma agrária, por medidas que venham a promover o desenvolvimento com justiça social.

E, por falar nisso, nós observamos aqui no Estado da Bahia que o índice de desemprego reduziu no mês de março. Registrou-se uma queda de 5,2% em relação ao mesmo período de março de 2008. No entanto, o índice de desemprego no nosso Estado e na Região Metropolitana continua ainda bastante elevado, assim como o índice de desemprego no Brasil inteiro. Em que pese a redução do desemprego no nosso País ter sido um fato concreto, pois em 2002 registrou-se que o índice de desemprego, pelo IBGE, era de 12% e agora temos um índice de desemprego de, aproximadamente, 8%, havendo portanto, uma redução considerável do desemprego no nosso País. Houve também uma redução do desemprego na Região Metropolitana de Salvador que se situava na faixa de 24 a 25%, hoje a taxa de desemprego nessa região é de 20%.

Evidentemente eu me referi aqui a dados do IBGE ao falar do desemprego no Brasil. Com relação ao desemprego na Região Metropolitana de Salvador, usei dados do Dieese. Os dados do IBGE são de aproximadamente, metade dos dados do Dieese em razão da metodologia utilizada pelos dois institutos. Mas houve uma redução efetiva do desemprego no Brasil e na Região Metropolitana de Salvador.

Em que pese esse fato bastante positivo, é um índice ainda bastante elevado e é necessário que medidas sejam tomadas para reduzir ainda mais o desemprego.

E o 1º de Maio é um marco de luta, continuamos com a bandeira da luta contra o desemprego, por melhores salários, a luta por medidas que venham a transformar a nossa sociedade, ou seja, construir uma sociedade com justiça social.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o deputado Javier Alfaya por 3 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Muito obrigado, Sr. Presidente, quero dar

continuidade, portanto, a minhas reflexões acerca da política cultural. Dizia eu, deputados e deputada Maria Luiza Carneiro aqui presente, povo que nos acompanha, Srs. e Sr^{as} da imprensa, que estamos em pleno debate nacional acerca da reformulação da Lei Rouanet, que é uma lei nacional, lei federal de incentivo à cultura.

Essa lei, como todos os senhores sabem, é baseada no grande mecanismo de renúncia fiscal, contanto que esses recursos tenham sido vinculados, cooptados num projeto cultural que é avalizado por um conselho ou por um comitê vinculado ao Ministério da Educação e que serve para que os produtores busquem financiamento no mercado junto às empresas.

Este mecanismo está sendo contestado hoje. Há um movimento nacional, deputado Júnior Magalhães, para que cada vez mais os recursos do estado, no sentido lato sensu, no sentido amplo, no seu termo, na sua conotação, estado no sentido federal, estadual e municipal, a administração pública cada vez mais distribua recursos públicos provenientes de diversas fontes através de mecanismos do tipo como se chama aqui na Bahia, de editais, isto é, de licitações, de concorrências públicas, com recursos definidos em xis quantidades e vinculadas à determinada área da produção cultural sem uma pré-definição de modelo estético, nem político, nem ideológico, evidentemente, mas num critério calcado nas quantidades de recursos disponíveis e no volume limitado ou definido como limite, como teto para cada projeto cultural.

Isso é a grosso modo os dois mecanismos que existem: um de renúncia fiscal e aquele que vem a partir do dinheiro do orçamento e que é distribuído através de editais. Então, são esses modelos entre outros que estão em discussão agora. Pretendem boa parte dos produtores culturais, artistas, gestores culturais mais vinculados à luta de transformação do estado brasileiro, que distribuamos recursos públicos através do mecanismo de editais, portanto, de licitação, de concorrência pública e não através da renúncia fiscal como é o mecanismo da Lei Rouanet, da Lei do FazCultura e da Lei Alfaya que é a lei municipal de incentivo à cultura criada por mim, quando fui vereador aqui na capital.

Quando fiz a lei, já coloquei no pequeno texto do folheto que anunciava a lei que na minha ideia, na minha filosofia, esse tipo de lei, a minha própria lei deveria ser um instrumento complementar ao grande instrumento da administração pública que é o de distribuir os recursos através de editais.

Eu pensava assim e continuo pensando dessa maneira, só que agora há uma novidade no ar e na prática, e no concreto que é a existência do governo Lula e uma decisão de transformar as políticas de cultura em política de estado num patamar de importância que é dada à educação, à saúde e outras tantas...

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- (...)instâncias e esferas da administração não com a mesma quantidade de recursos, mas no que diz respeito, deputado Paulo Azi, V.Ex^a está fazendo uma cara de estranheza, ao reconhecimento político da importância da política cultural.

Para concluir, deputado Júnior Magalhães, quero dizer o seguinte: sou a favor daqueles que buscam e que têm mecanismos mais profundos, mais eficientes, mais amplos e com mais robustez, digamos assim, orçamentária e financeira, para distribuir com os projetos culturais que merecem o apoio da administração pública, concretamente, do Estado da Bahia.

De que forma se dará isso? Ainda estamos polemizando, discutindo, mas acho que não podemos mais permitir que grandes empresas, que grandes bancos, grandes multinacionais utilizem da renúncia fiscal para fazer marketing político. O que está acontecendo hoje, deputado Paulo Azi, é que grandes empresas que têm grande fôlego, por exemplo, o Bradesco, utilizam a lei nacional de incentivo à cultura, a Lei Rouanet, para incentivar produtos culturais, é uma maneira de as empresas usarem o dinheiro que têm que pagar ao estado, para fazer propagandas de si mesmas.

Então, é questionável esse mecanismo, é preciso limitar esse tipo de circulação, esse tipo, digamos, de jogada; não estou propondo, necessariamente, que ela seja anulada, estou apenas afirmando, deputado Paulo Azi, e espero que os deputados, os democratas apoiem essa tese e que possamos ter mecanismos em que a distribuição dos recursos sirva muito mais aos interesses da diversidade cultural, do incentivo à produção cultural de maneira mais democrática e socializada do que ficarmos eternamente incentivando quem não tem necessidade de incentivo público, como é o caso dos grandes bancos, que não precisam de mais dinheiro do estado para fazer propagandas de si mesmos.

Com o aparte ao deputado Paulo Azi, só para concluir.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Deputado Javier, o tempo de V.Ex^a encontra-se esgotado em 2 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Há pouquíssimos deputados na sessão, mas existe muito interesse, e peço sua compreensão, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Azi:- Quero parabenizar V.Ex^a, apesar de não concordar totalmente com o conteúdo do seu pronunciamento. Pelo menos V.Ex^a tem o mérito de levantar uma questão que considero importante e que merecia, efetivamente, um debate mais apurado nesta Casa.

Quando traz esse assunto, esse tema tão importante, que é a cultura, V.Ex^a faz, neste momento, um reconhecimento à importância da cultura em nosso Estado que, diga-se de passagem, está muito malculada pelo atual secretário, Márcio Meirelles. Aliás, deputado Javier, se o governo do Estado tivesse V.Ex^a como secretário da Cultura tenho certeza que a cultura da Bahia estaria muito mais bem servida, muito mais bem atendida.

Muito obrigado.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Muito obrigado por suas palavras elogiosas, deputado, mas eu apoio integralmente o secretário Márcio Meirelles e a política do Estado, que foi aprovada numa conferência estadual de cultura. Inclusive, teremos outra conferência nos próximos meses.

Quero polemizar aqui, e quero sua ajuda, deputado Paulo Azi, V.Ex^a que é um deputado com experiência aqui, na Casa, para que travemos um debate sobre a lei

nacional de incentivo à cultura, a chamada Lei Rouanet, e lei estadual de incentivo à Cultura, o FazCultura, que são duas leis baseadas na renúncia fiscal.

O que estou querendo dizer e informar aos senhores é que está em questão o mecanismo da renúncia fiscal. Tantas foram as deformações que se criaram, infelizmente, que é grande o volume de queixas dos produtores. Só não há queixa de alguns poucos produtores do Rio e de São Paulo, os que mais se beneficiavam, enquanto nós, do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste do País ficamos numa situação periférica, sem poder usufruir da capacidade financeira do Estado a plenos pulmões, digamos, para incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais que, certamente, a Bahia tem muito mais a criar e a realizar.

A sessão está tranquila e “maneira”, e com o esforço e a juventude de V.Ex^a pudemos travar um bom debate aqui, nesta Casa, no dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente, deputado Júnior Magalhães.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o representante do PTN para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Falará, por todo o tempo, o nosso querido deputado Luiz de Deus.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o deputado Luiz de Deus, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, senhores nas Galerias, venho a esta tribuna hoje para tecer rápidos comentários sobre três assuntos.

Em torno de 8 a 10 dias, andei por minha região com o rádio ligado e ouvi os comentários na rádio RBN, da minha terra, Paulo Afonso, sobre as passagens aéreas do Congresso Nacional. E escutei os comentários de um comentarista político e um radialista. Lá para as tantas o radialista disse que a região e a cidade, apesar de contar com 4 deputados, precisava de um deputado que realmente brigasse pela região, que fosse ouvido pelo Sr. Governador do Estado.

Ouvi o comentário do radialista e gostaria de dizer para ele que os problemas das estradas, saúde e educação não serão resolvidos com brigas, serão resolvidos com recursos, o que, realmente, falta ao governo do Estado da Bahia.

Ora, a Cidade de Paulo Afonso, é bom que se saiba, é servida pela BR-110, que é uma estrada federal. Se realmente existe convênio, ou não, entre o governo do Estado e o governo federal, quem deve saber muito bem é o Sr. Governador do Estado. A verdade é que a estrada se encontra em péssimas condições de tráfego.

Imaginem os senhores que, no tempo do governador Paulo Souto, eu, reivindicando a melhoria das condições de tráfego da estrada, ele me dizia que ela para ser recuperada precisaria em torno de 350 milhões. Já o governador Wagner, logo que assumiu o governo, fez uma manifestação lá na cidade de Antas, onde eu acredito que deve ter gasto muito mais com propaganda do que efetivamente com a

estrada, e dizia ele, e foi publicado em todos os jornais de grande circulação aqui da nossa capital, que iria gastar 12 milhões para recuperar a estrada e fazer a sua manutenção durante 4 anos. Vejam os senhores que, com 12 milhões, ele sequer recuperaria as laterais da estrada, quanto mais a estrada, que está no que está, em péssimas condições de tráfego.

Por outro lado, dizia o comentarista político que não se dava bola, que se dava bola era para o Extremo Sul da Bahia. Ora, pobre Extremo Sul da Bahia e pobre Sul da Bahia, que têm as estradas piores deste Estado, pobre do povo de região rica e de povo extremamente pobre, Dr. Heraldo Rocha. Imaginem os senhores que, nos municípios pobres do Semiárido, V. Ex^{as} veem crianças rosadas, fortes e lá no Sul da Bahia se veem aquelas pobres crianças com o ventre protuso, abdome protuso, pálidas, esqueléticas, vivendo numa miséria muito maior do que na nossa região do Semiárido.

Além da BR 110, nós temos em Paulo Afonso, partindo ou chegando, a BA 210, que começa na Fiat e termina em Juazeiro e está em péssimas condições, não tem condição nenhuma de tráfego, não existe praticamente mais asfalto nenhum. Quantos pronunciamentos eu já fiz aqui pedindo a recuperação dessa estrada!

A outra estrada é a que parte de Paulo Afonso em direção a Sergipe e vai até Xingozinho, um pequeno trecho em torno de 25 quilômetros. Quantos pronunciamentos eu fiz aqui e já tive oportunidade de dizer que a cidade de Paulo Afonso, que é uma das sete mais importantes do Estado, dentro de pouco tempo, quando houver uma grande trovoada, vai ficar completamente ilhada, porque lá no Rio do Sol praticamente só existe meia pista. Quantos pronunciamentos eu já fiz aqui? Ora, mas estou vendo e reafirmo, problemas são resolvidos com recursos, que não existem, e este governo, a esta altura do campeonato, eu acho que está completamente falido.

Além das estradas, ele fazia uns comentários de que a saúde vai muito mal nos hospitais e deu o exemplo do Hospital Ney Alves de Souza, que no passado era um hospital de primeira categoria no Estado da Bahia. Só havia o hospital de Paulo Afonso e uma maternidade em Ilhéus. Mesmo assim, Srs. Deputados, a medicina praticada em Paulo Afonso, através do Sistema Único de Saúde, é uma das melhores.

Quem conhece a medicina que é oferecida ao povo, ao baiano, aqui na capital, vê a qualidade. Eu estou com um doente no Hospital Roberto Santos, com um tumor-cisto no cérebro há não sei quantos dias e, sequer, foi internado, está lá na Urgência, porque não pode ser internado porque para isso precisa haver uma vaga na UTI, pois, depois de operado, evidentemente, terá que ir para a UTI, e não existe vaga. A família chora de manhã, de tarde, de noite há quantos dias! É essa a saúde que é oferecida aos baianos.

E quem não se recorda do que disse o presidente Lula: que a saúde no Brasil estava próxima da perfeição. Essa é a saúde que é oferecida aos baianos. A de Paulo Afonso vai mal, mas ainda é muito melhor do que a ofertada no restante do Estado da Bahia.

Esse é o primeiro assunto de que eu gostaria de tratar. O segundo diz respeito a

um fato que ocorreu em Paulo Afonso. Sinto por ter de falar desse assunto, meu nobre deputado Reinaldo Braga, porque fazer críticas às pessoas não é uma característica da minha formação, não me sinto bem, não está em mim falar mal de ninguém.

Entretanto tenho de dizer que logo que o prefeito de Paulo Afonso assumiu, o deputado Mário Negromonte lhe enviou uma carta prontificando-se a ajudar o município, se o prefeito achasse que ele teria condições.

Pois bem, agora, de 6 a 10 de maio, vai haver uma exposição de ovinos e caprinos em Paulo Afonso— já convido todos os senhores a comparecerem —, e o prefeito me perguntou se eu tinha um bom relacionamento com o Sr. Secretário da Agricultura. Eu disse que sim, tendo em vista que ele foi colega nosso aqui, que fez parte do nosso grupo político. E aí ele veio a Salvador e fomos juntos à secretaria, onde pediu, como é de praxe, uma ajuda para essa exposição, solicitando o empréstimo umas baias.

Ora, o secretário falou das dificuldades por que passa o Estado, disse que uma parte importante do Orçamento, 40%, foi contingenciada, mas ele iria ver o que poderia fazer. E como a exposição começa, deputado, agora no dia 6, o secretário de Desenvolvimento Econômico do município veio para pegar as baias. Até telefonaram para que mandasse um caminhão, que veio no domingo; na segunda esse secretário municipal estava aqui. E aí começou aquela conversa comprida, vai, não vai...

Na terça-feira, ele falou comigo e disse que esteve lá durante toda a segunda. Um irmão meu foi secretário da Agricultura por 12 anos, por isso os funcionários de lá me conhecem, e um deles disse ao secretário de Paulo Afonso: “Olha, vou lhe dizer uma coisa, mas você mantenha o sigilo: a ordem que temos aqui é de não dar nada para Paulo Afonso”.

Fiquei imaginando se isso era uma ação de governo ou da própria secretaria. Aí pedi a intervenção de um amigo. Ao lhe contar o problema, ele disse: “Rapaz, tenho um amigo e vou ver o que posso fazer”. Telefonou para essa pessoa e depois me disse: “Olha, a determinação foi do deputado Mário Negromonte para não deixar atender nada para Paulo Afonso”.

Deputado Heraldo Rocha, como é que se cerceia um povo assim. Ele é daquela cidade, lá obtém votos...

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- (...) e utiliza o poder para prejudicar esse povo?! No meu entendimento, o poder é feito para servir à comunidade, para servir a todos, quanto mais à cidade que me dá os votos e onde mora.

Isso, meu nobre deputado, não é fazer uma política sadia. Esse tipo de política tem de ser banida do nosso País. Para mim, não é surpresa. Gostaria de ter um adversário que eu pudesse vir a esta tribuna para elogiá-lo, porque é assim que se valoriza um político. Gostaria de poder dizer: “Tenho um adversário que é um cidadão de bem, honrado, que serve ao seu povo, que faz uma política realmente elogiável”.

Era esse adversário que gostaria de ter. Não um adversário que eu tenha de criticá-lo, de dizer que ele foi campeão em passagens internacionais – foram 23

durante o ano, 6 para ele e 17 para a família. Então, não é um deputado que me faça vir à tribuna para elogiá-lo. Infelizmente, tenho de dizer isso.

Pensava, minha nobre senhora, que isso fosse uma ação de governo, mas, felizmente, não é, porque o governador não seria tão pequeno para agir dessa maneira. Pelo pouco que eu o conheço, tenho certeza de que ele não seria capaz de uma pequenez tão grande quanto essa. Pequenez como essa, só para quem faz política desse tipo.

Depois desse episódio, tive o cuidado de telefonar para o prefeito de Paulo Afonso e dizer: “O senhor nunca mais me peça nada, porque quando o secretário chegar – estava em Brasília – vou telefonar para ele e dizer que pode ficar tranquilo porque nunca mais Luiz de Deus lhe telefonará nem abusará aquela Secretaria”. Eu julgava que a Secretaria fosse para atender o povo, atender todos. A campanha encerra-se no dia em que o governador assume o seu posto de comandante do Estado. Quem é governador de Estado é para servir todos independente do partido a que pertencem e não fazer uma carta se prontificando a atender o prefeito e depois mandar que não atenda nada de Paulo Afonso.

Eram essas as colocações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu gostaria de levar para casa, para que os senhores tivessem conhecimento disso. Esta Casa precisa de políticos realmente sérios, comprometidos em servir o povo. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre Líder do Governo ou da Maioria, ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP, para falar ou indicar orador pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo a deputada Maria Luiza.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães): - Com a palavra a nobre deputada Maria Luiza Carneiro pelo tempo de até 8 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA:- Boa tarde, Sr. Presidente, saúdo os deputados e deputadas, ouvintes da TV Assembleia, das galerias, funcionários desta Casa, antes de ontem, dia 27, comemorou-se o Dia do Trabalhador Doméstico. Quero começar saudando essa classe que cuida de muitos dos lares brasileiros e que sem dúvida nenhuma tem uma importância incontestável.

Ontem, dia 28, foi comemorado o Dia da Educação. Gostaria também de parabenizar os profissionais da área de educação. Sem dúvida nenhuma são profissionais que fazem o diferencial na nossa sociedade. (Lê) “Diante do panorama oferecido pelo MEC, podemos perceber a realidade da nossa educação. No ensino médio é grande o déficit de professores nas dez áreas do conhecimento. Na disciplina de física, por exemplo, faltam 56 mil professores para as turmas de 5^a a 8^a série do ensino fundamental e ensino médio.

Dados do censo escolar, indicam que o ensino médio tem nove milhões de alunos, o que dá uma relação de 36,7 alunos por turma, e que para atender todas as

áreas do conhecimento faltam 246 mil professores. A falta de professores é mais crítica nas disciplinas de física, química e matemática.

Os dados da Capes mostram que nos últimos 15 anos, as universidades formaram 110 mil professores de matemática, mas apenas 43 mil estão no magistério; no caso da física, nos últimos 15 anos, as instituições formaram 13 mil, mas atuam no magistério apenas 6. 106 professores. Dos que ingressaram na faculdade de física, nos últimos cinco anos, apenas 41% concluíram o curso.

Outro grave problema das escolas é a violência. A percepção de que a violência aumenta no ambiente escolar, é manifestada nos discursos de alunos, professores, diretores e pais. Os alunos expõem, muito claramente, sua insatisfação em relação à infraestrutura dos prédios, reclamam da falta de vínculo entre o conteúdo das disciplinas e suas necessidades profissionais e dizem, até que não gostam de seus professores. Neste ambiente, os docentes, além de mal remunerados, convivem com alunos indisciplinados e desinteressados, na grande maioria. Cria-se, então, um clima de sofrimento para alunos e professores. Prevalece a falta de diálogo e a convivência se torna difícil, tensa e impera nas relações sociais a lei do silêncio, tão conhecida no mundo do tráfico de drogas. Depois de muitos estudos, análises e tentativas de compreender os “comos” e os “porquês” da violência nas escolas, o momento atual é o de buscar soluções e alternativas para esse problema.

Pesquisadores, estudiosos, professores, assim com o Dr. Heraldo Rocha, entendem que melhorar o relacionamento entre os alunos e professores, é uma das soluções; a auto-estima institucional, como uma entidade que cuida de seus membros influi na segurança e na estabilidade de todos e estimula mecanismos de boas relações, como o respeito, ajuda mútua e a percepção de que os sistemas de normas, ali existentes, precisam ser assumidos com tolerância.

Resgatar os valores da educação, aprimorando o ensino e o conteúdo didático dos professores, principalmente, acabar com aceleração do ensino, que aprova alunos indiscriminadamente, subestimando o nível de conhecimento dos alunos, quando estes deveriam estar em séries compatíveis com o nível de escolaridade é um dos graves problemas também. Enfim, educar com humanização e responsabilidade focando o futuro das nossas crianças e jovens.

A educação, está carente de moral e cívica, matéria extinta do currículo do ensino moderno. Considero-a tão importante quanto a informática. É necessário que os nossos jovens aprendam sobre ética, sociologia, cidadania, amor a pátria e amor ao próximo, ou os adultos do futuro serão individualistas, incultos, vazios de conhecimento, limitados apenas no mundo virtual. Acredito que a preocupação com o vestibular, tão falada nos últimos dias começa no ensino fundamental ou de nada valerão as mudanças que acabam de ser anunciadas.

Educação de qualidade é direito constitucional e obrigação dos governos. E todos nós precisamos lembrar que a boa educação é a base de uma nação consciente de seus direitos e deveres, que é capaz de construir o melhor para si e para seu país, contribuindo para uma sociedade mais justa e com alta qualidade de vida. Por tudo que acabei de relatar, deixo aqui o meu alerta que, na minha opinião, pisca

aceleradamente uma luz vermelha.”

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o Líder do PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos. (Pausa) Não há orador.

Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco PSDB/PCdoB/PSL/PTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra, por todo o tempo, o deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, meus pares, deputados, deputadas, nós rapidamente pegamos a lista de presença da famosa caminhada de insatisfação da UPB. E estiveram presente, Sr. Presidente, municipalistas de última hora que, aliás, levaram muito óleo de peroba, porque alguns tiveram a cara-de-pau de participar de uma reunião de municipalistas. Dizendo-se municipalistas, esqueceram de que, desde o governo Lula, em 2003, até o presente momento, tivemos o maior aumento de repasses por fundo em toda a história.

E o FPM nunca teve tanta atenção como nós do governo federal temos dado nos últimos anos especialmente neste segundo mandato do presidente Lula. Recursos foram ampliados em até 270% quando a inflação – todos nós sabemos – é muito menor do que o reajuste que foi dado. Ora, temos uma crise e vamos enfrentá-la. E frustração tivemos ontem. Preparamos 300 cadeiras com mesas arrumadinhas, som, cafezinho, água e todo o aparato para receber os prefeitos. Infelizmente, o presidente da UPB preferiu passar direto e não queria, talvez, que os poucos prefeitos que lá estiveram tivessem a possibilidade de, naquele momento, deputado Bira Coroa, ouvir explicações, ouvir explanações de nós do governo sobre as condições que estamos a viver e as possibilidades que temos - estamos procurando as melhoras para os municípios.

Não vamos cair no que já falamos antes como, por exemplo, a história do SAMU, a história do Saúde da Família, a história do transporte escolar. Este último são três vezes e meia mais recursos de nosso governo do que do governo passado. No caso do SAMU, pegamos dois anos de falta de repasse; atualizamos, estamos pagando inclusive mais do que eles pagavam. No caso da Família, há um reajuste de mais de 35% com um ano ou um ano e nove meses a dois anos de atrasos de repasses da contrapartida. O fundo a fundo da saúde sequer existia. Foram 13 anos de espera para receber o repasse fundo a fundo que, agora, já existe.

Mas, coisa pior estava por vir. Hoje, juntamente com alguns deputados, rapidamente, eu pude ver o nome do prefeito Wilson Cardoso, de Andaraí, na lista dos presentes na passeata da UPB. Ele lá não estava. Inclusive estava conosco aqui, pela manhã. Vejam, citarei os representantes dos municípios para assinalar as suas presenças.

Brotas de Macaúbas, lá não estava! Lençóis, lá não estava! Mucugê, lá esteve. Passou os olhos, viu que era fria e não ia para canto nenhum, foi-se embora e não participou da manifestação. Pau Brasil, lá não estava. São José, Sr. Presidente, mandou representante – segundo a lista – há aqui o nome de um representante. Deus sabe quem o mandou! Aliás, não somente esses. Há diversos municípios que estão com nomes de representantes. Vejam, Brotas está representado. Enfim, vários municípios estavam representados.

Ora, há mais! Meu amigo Flamarion aqui não viria, porque sabe exatamente qual é a política do governo Lula, sabe exatamente qual é a política que estamos, neste momento, executando no governo do Estado. Sabe exatamente o meu Flamarion de Tanquinho que não há possibilidade, neste instante, de acabar com a política de IPI, porque vamos desmobilizar a grande massa, repito, a grande massa de base da economia que é, neste instante, o nosso foco para não haver desaceleração econômica.

Há outros municípios como Tremedal que lá esteve pela manhã, viu aquele barabadá, foi para a Secretaria da Saúde e foi atendido no mesmo horário pelo nosso amigo Amauri, que é um dos diretores daquele órgão e recebeu, pela manhã, o prefeito de Tremedal, o meu amigo Bahia. O José Messias, eu até pensei que fosse o que já tinha aparecido, o prefeito de Novo Triunfo. Não! É o novo prefeito? Lá também não esteve. Eu acabei agora de conversar com o deputado Marcelo Nilo com quem ele tem ligação.

Emanuel Rodrigues de Rodelas - nossa companheira deputada Fátima colocou isso - também lá não esteve. O nosso companheiro aqui, Álvaro Gomes, aliado dele, nos disse que ligou agora para a prefeitura de Rodelas e teve a confirmação de que o prefeito não esteve presente à manifestação em Salvador. O prefeito de Fátima, José Ildefonso Borges dos Santos, conforme a nossa amiga Fátima, também não esteve.

Poderíamos ficar aqui, hoje, a tarde toda, deputado Gaban, a listar nomes dos prefeitos que não compareceram à manifestação, mas estão aqui como prefeitos que fizeram coro nessa caminhada de lugar nenhum para lugar nenhum. Ela não teve, infelizmente, o efeito político que se esperava, os participantes não apresentaram nenhuma formulação ou intenção de orientar até a dinâmica do momento em que vive o Brasil e a Bahia no sentido de se buscar uma saída, não têm nenhuma proposição e nem sequer a fizeram junto conosco. E estávamos lá! Os nossos secretários Walter Pinheiro, Robson Almeida, Rui Costa, entre outros, lá estavam esperando os prefeitos, que não quiseram, infelizmente, por orientação da UPB, participar de nenhum debate com o governo.

Fica aqui, mais uma vez, o ensinamento do que é democracia: esperávamos que os prefeitos pudessem sentar conosco, entretanto o que temos a dizer é que eles, deputado Luiz de Deus, continuarão a ter o nosso respeito, a nossa parceria. A nossa consciência está muito tranquila, o caminho do êxito é apontar para onde estamos apontando, isto é, para uma política às claras, mostrando as dificuldades e as possibilidades. Que não me apareçam mais com lista emprenhada, como esta, com diversos prefeitos, da qual, rapidamente, pude tirar 11.

Não sei se vale a pena perder tempo, deputada Fátima Nunes, porque talvez perdêssemos a tarde toda. Já tomei conhecimento de que a maioria dos prefeitos que constam aqui nem sequer esteve presente à caminhada. E mais: representante de prefeito em passeata? Nem assinatura de prefeito nem de representante!

Fica aqui, mais uma vez, a verdade posta às claras.

Viva a verdade, viva a memória, viva a democracia!

Vamos avante para sair desta crise!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- É bom saber que não haverá perseguição aos prefeitos que participaram do movimento, deputado Zé Neto, a quem agradeço os esclarecimentos.

Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PMN/PP/ PRTB para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, a Bancada do governo vai ceder o tempo ao Líder da Oposição, deputado Gildásio Penedo, que é um deputado ponderado e que, quem sabe, daqui a uns dias poderá vir a fazer parte do nosso governo.

Portanto, deputado Gildásio Penedo com a palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Concedo a palavra ao deputado Gildásio Penedo.

Agradeço ao deputado Álvaro Gomes por ter cedido o tempo da Bancada da Maioria ao deputado Gildásio Penedo, que, infelizmente, pelo perfil que tem, vai permanecer, por enquanto, na Oposição até 2010.

Com a palavra, portanto, o deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, Galerias, em primeiro lugar, quero agradecer a deferência do deputado Álvaro Gomes, invocando como um atributo para a concessão deste tempo a nossa ponderação em nossos pronunciamentos.

Invocando essa ponderação, deputado Álvaro Gomes, quero, ao me arvorar dela, pedir ponderação e bom senso ao governo baiano, deputado Heraldo Rocha, nobre Líder da Bancada oposicionista na Casa.

Esse governo enviou a esta Casa, no dia 17, deputado Álvaro Gomes – e peço a atenção do deputado Bira Corôa, que, antes de ser deputado, é funcionário público estadual –, um projeto de lei, que teve o seu requerimento de urgência aprovado ontem e acerca do qual muitos que estão aqui e milhares de baianos precisam de esclarecimentos do governo acerca desse projeto de lei enviado à Casa e aprovado ontem, ao apagar das luzes o seu requerimento de urgência. Sobre esse projeto – é interessante a atenção de V.Ex^{as}, deputados Bira Corôa e Paulo Azi –, tive o cuidado de me debruçar há pouco. Ele tem por objetivo mexer no Fundo de Previdência Social do Estado baiano, o Funprev.

Isso, inclusive, interessa a todos os servidores públicos ativos e inativos da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas do Município, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público e Poder Judiciário. O governo propõe, neste momento,

deputado Heraldo Rocha, uma alteração na lei incluindo o parágrafo 2º, que tem por objetivo excepcionalmente – olha a coincidência do governo quando utiliza, deputado Álvaro Gomes, excepcionalmente – deputado Bira Cora, peço a atenção de V.Ex^a –, nos exercícios 2008, 2009 e 2010, os recursos creditados e acumulados a que se refere o parágrafo anterior, desde a sua abertura, que poderão ser utilizados para finalidade exclusiva de pagamento e benefícios previdenciários a cargo do Funprev, independentemente, deputado Heraldo Rocha – isso é que chama a atenção –, de autorização do Conprev.

A lei que criou o Funprev posteriormente foi modificada, dividindo-o em Baprev e Funprev. Funprev para aqueles funcionários que até a edição dessa lei já eram efetivos do Estado, e Baprev para aqueles que iriam adentrar através de concurso público. Pede autorização. No mínimo, cabe à Casa, deputado Paulo Azi, e o governo tem que ter a ponderação necessária de retirar a urgência desse projeto, chamar aqui os representantes do Funprev para poder esclarecer o objetivo verdadeiro acerca da utilização desses recursos. É um ganho histórico. É uma garantia que os servidores públicos estaduais têm nesse fundo para a manutenção das suas aposentadorias e pagamentos de proventos a pensionistas. E o Estado propõe modificá-lo sem a autorização do Conprev.

Compete ao Conprev, deputado Álvaro Gomes, na lei que cria a Previdência Social, no seu artigo 34, inciso XVII, autorizar a utilização antecipada dos recursos de que trata o parágrafo único do artigo 7º dessa lei.

É o Conprev que deve avaliar, deputado Gaban. Por que esse receio do governo ao querer tirar a competência de um conselho que é formado, deputada Maria Luiza, por uma série de representantes, inclusive da Assembleia Legislativa? O deputado Gaban é o membro titular. O Conprev é formado, para que todos tenham conhecimento, pelo secretário da Administração, um representante do Poder Legislativo, um representante do Poder Judiciário, um representante do Ministério Público, um representante da Defensoria Pública Estadual, um representante da Secretaria do Planejamento, um da Previdência Social, um da Secretaria da Fazenda. É um conselho amplo, que, na verdade, tem o poder, tem a faculdade, deputada Maria Luiza, de dispor sobre esses recursos, que garantirão a aposentadoria e a pensão de centenas e milhares de servidores públicos estaduais.

O governo envia para esta Casa um projeto que mexe na estrutura, na questão financeira, desautorizando o conselho. Era melhor, deputado Carlos Gaban, que o governador encaminhasse essa matéria extinguindo a função do Conprev, porque é uma verdadeira usurpação de competência.

É muito clara a lei quando diz que cabe ao Conprev essa avaliação. E o governo do Estado baiano, governo democrático, encaminha a esta Casa projeto tirando qualquer faculdade ou atribuição desse conselho, que é amplo, que é composto de uma série de membros. Qual o receio? Se o governo quer mexer no recurso, por que não passar então pela autorização do Conprev, que é o órgão competente? Será que é receio de encontrar um obstáculo?

Então é importante que a Casa, deputado Heraldo Rocha, ou melhor, V.Ex^a,

como Líder da Bancada da Oposição, comunique de imediato pedindo ao presidente da Casa que neste momento o Poder Legislativo está sendo totalmente desrespeitado, já que o membro titular da Casa nem sequer está sendo ouvido e podendo se pronunciar num órgão que tem eminentemente funções de avaliar a dispensa ou não de determinados requisitos.

Com o aparte o deputado Carlos Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Gildásio Penedo, eu gostaria de parabenizar V.Ex^a. Fiz um pequeno pronunciamento hoje. Ele em parte no Pequeno Expediente já levantava isso aí. Estou trabalhando agora à tarde nas emendas. O senhor, como sempre, tem sido brilhante. Inevitavelmente, deputado Gildásio Penedo, Srs. Parlamentares, o que vai ocorrer daqui a alguns anos é o aumento da contribuição dos servidores públicos do Estado da Bahia para não quebrar o Funprev.

Veja que quando foi criado o Baprev, já em outras condições para que esses novos funcionários que ingressaram no serviço público tenham a garantia da aposentadoria num sistema diferenciado, deixou-se o Funprev separado. Mas tem de ter o aporte financeiro do Estado. Vejam que eles tiram os recursos provenientes das dotações orçamentárias, o que quebra o Funprev. Tiram, inclusive, a reversão dos saldos não aplicados e das correções. Quer dizer, além de tirar os 63 milhões... Fui ao *site* da Secretaria da Administração. Nós temos, base fevereiro de 2009, 63 milhões já nesse fundo. Levando em conta cálculo atuarial do Conprev, um Conselho de Previdência no qual eu represento a Assembleia, nós contratamos uma auditoria especializada para que em 10 anos equilibremos o Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Estado.

Na hora em que se faz o que está sendo feito aqui, se quebra! Quebra! Então o que vai acontecer? Quando o funcionário público se aposentar, ele não vai ter como porque os recursos... . Portanto sugiro, no brilhante pronunciamento de V.Ex^a, que o mais rápido possível façamos uma audiência pública com todos os segmentos organizados que representam todos os sindicatos, cada uma das categorias do funcionalismo público, já que não foi ouvido o Conprev, do qual faço parte. E seria responsabilidade dele. Através desta audiência pública, chamemos todos os sindicatos organizados e representativos para que possamos discutir este assunto e, efetivamente, deixar os servidores a par do que lhes ocorrerá no futuro.

Parabéns pelo pronunciamento, deputado Gildásio.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Incorporo o seu aparte, deputado Carlos Gaban. V.Ex^a já tinha antecipado essa matéria, como bem coloca. Eu não tinha conhecimento, mas é importante que este Legislativo se debruce sobre ela, deputado Luiz de Deus.

Nós estamos mexendo na vida previdenciária de 200 mil servidores públicos estaduais só do Executivo. Isso mexe também com a vida de centenas de servidores públicos do Poder Judiciário, do Ministério Público, desta Assembleia Legislativa. E o governo tenta mandar uma modificação desautorizando por completo a figura do Conprev, o órgão que tem a autonomia de avaliar se de fato é um interesse do fundo. Dessa forma, mais uma vez o governo mostra que, quando há o interesse imediato,

passa-se por cima de qualquer circunstância democrática e deliberativa.

Então quero chamar a atenção da Casa Legislativa da Bahia, inclusive do seu presidente, até porque mexe também com a vida dos funcionários públicos deste Poder, que precisam ter conhecimento pleno de quais serão os objetivos reais dessa transação financeira que o governo propõe desautorizando, passando por cima, portanto à revelia do Conselho Previdenciário do Estado, formado por representantes da Assembleia, do Ministério Público, do Poder Judiciário.

Se assim for, deputada Maria Luiza, é melhor que se mande uma lei extinguindo de imediato a função do Conselho. Ele é muito claro. É um Conselho que está à frente do problema, deputado Luiz de Deus, e à margem dos interesses imediatos de qualquer governo. É formado por representantes do Poder Legislativo, do Ministério Público, que, na verdade, vão gerir a questão financeira desse fundo importante importante que dará efetivamente o equilíbrio atuarial ao Estado baiano.

Portanto, chamo a atenção desta Casa Legislativa pedindo o bom senso do governo baiano e das Lideranças político-partidárias da base de sustentação para que se reveja esta urgência. E que efetivamente este projeto possa ser discutido com mais amplitude para que saibamos exatamente qual o propósito, o interesse do governo em mexer na vida financeira, nos sonhos e nas aposentadorias de mais de 200 mil servidores públicos do Estado.

É este o apelo que faço chamando a atenção desta Assembleia para que realmente não incorramos no equívoco de votar sem saber quais os interesses a que o governo se predispõe neste momento. Muito obrigado Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Misaél Neto):- Questão de ordem do deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Agradeço a V.Ex^a. Ouvi o pronunciamento do deputado Gaban no Pequeno Expediente onde ele apenas lançou esse tema preocupante. E agora, o nobre deputado Gildásio Penedo, com a sua capacidade e competência, detalha com mais profundidade esse tema gravíssimo.

Deputado Gildásio Penedo, se não bastasse a quebra da estabilidade econômica do servidor e uma série de medidas que este governo, que se diz republicano, tem tomado contra o servidor público estadual, ainda há essa atitude criminosa do governo do Estado.

Essa Liderança designa os deputados Carlos Gaban e Gildásio Penedo para tomarem todas as medidas regimentais a respeito desse tema, porque é mais um crime cometido contra o servidor público do Estado da Bahia. Portanto, designo através da minha questão de ordem os deputados Gaban e Gildásio Penedo para tomarem todas as medidas, a fim de evitar essa atitude criminosa contra todos os servidores públicos.

Apresentaremos emendas, mas isso não basta Presidente. Faço um alerta ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Zé Neto, constitucionalista e jurista respeitado, para que analise mais esse grave crime

cometido contra o servidor público. Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria, ou Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Falará pelo tempo de 5 minutos o deputado Eliedson e eu falarei pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o deputado Eliedson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELIEDSON FERREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Sras. que nos auxiliam na taquigrafia desta Casa, senhores que assistem aos deputados pela TV Assembleia, na manhã de hoje tivemos a visita de um dos 99 delegados, deputado Heraldo Rocha, que estão há 7 meses, desde a sua formatura, peregrinando nesta Casa para pedir o que lhes é de direito, a nomeação e imediata posse dos seus cargos conquistados por direito. Muitos deles abandonaram os seus empregos para realizarem uma verdadeira maratona de exames, provas. E eu fico imaginando a situação deles durante esses 7 meses.

Cada vez que os recebemos percebemos o quanto estão necessitados de justiça. Sei que os deputados desta Casa são solidários à luta dos delegados. Eles nos trouxeram, inclusive cada deputado deve ter recebido, vários manifestos de entidades que apoiam o seu movimento, inclusive a Assembleia Legislativa, 52 deputados assinaram o manifesto.

Eu fico até feliz de ver, nesse manifesto, também, assinaturas de deputados do PT, o que mostra que é realmente uma reivindicação justa encaminhada ao Sr. Governador. Eles trazem também cópia do *Diário Oficial* do dia 14 de agosto, onde se anunciou: Polícia Civil ganha mais 99 delegados. Tem chamado a minha atenção e, acredito, de todos os deputados que trafegam pela Paralela, a faixa do sindicato que indica a triste realidade de 165 municípios sem delegado.

Quer dizer, é uma situação difícil. Há de se convir que, no meio desses 165 municípios, há alguns pequenos, é verdade, às vezes, um delegado tem como dar assistência a dois municípios, mas também existem municípios de médio porte e não se pode admitir que esses continuem sem delegados, já que na Bahia nós temos visto um aumento da violência e da criminalidade considerável.

A Comissão de Direitos Humanos convidou, primeiramente e, posteriormente, convocou o secretário da Segurança Pública para vir à Assembleia prestar esclarecimentos, e ele não atendeu ao convite e mandou uma justificativa para também não atender à convocação. Isso é preocupante para esta Casa, para que não venha a abrir precedentes e já não se atenda mais às convocações.

Nós, da Comissão de Defesa do Consumidor, trouxemos a esta Casa, através de convite, representantes da Coelba, da Embasa, para apresentar para a comissão explicações quanto ao aumento, tanto da conta de energia elétrica, como da taxa de água.

Na quarta-feira que vem, nós estamos formalizando convite para vir a esta Casa a gerência da TWB, bem como o representante da Agerba para tratarmos também do aumento da taxa do *ferry-boat* e também da prestação de serviço, porque

temos recebido muitas reclamações quanto à qualidade dessa prestação de serviço, inclusive de entidades que fazem a defesa de pessoas portadoras de necessidades especiais. Aí, nós ficamos preocupados, porque se se abrir precedente, já não serão atendidas convocações das comissões desta Casa para que as autoridades prestem esclarecimentos e deem explicações a esta Casa.

Isso seria o caos, seria a vergonha para esta Casa. Então, é importante que esses debates sejam feitos, é importante que todos os deputados desta Casa chamem a atenção do governo para a nomeação desses 99 delegados para, pelo menos, amenizar a situação, o caos que está imperando na segurança pública do nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo restante, 4 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre presidente, o assunto levantado pelo nobre deputado Eliedson é de grande importância. Naturalmente, o governo vem fazendo um esforço muito grande para corrigir esse problema criado em 2001, que foi o concurso de delegados, e, sem dúvida alguma, já está avançando, na medida em que as etapas do concurso já foram concluídas e o governo deverá convocar os delegados para melhorar a situação da segurança em nosso Estado. Portanto, nós nos incorporamos a essa luta também.

E o governo do Estado está preocupado com essa questão e também está empenhado, na medida do possível, na convocação dos delegados.

Sr. Presidente, ontem foi o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho, que foi aprovado pela Organização Internacional do Trabalho tendo em vista os acidentes de trabalho que acontecem no cotidiano e as doenças ocupacionais.

A OIT divulgou recentemente um relatório no qual consta que 2 milhões de trabalhadores morrem por ano devido a acidentes relacionados ao trabalho. Segundo cálculos da própria OIT, em termos financeiros, são perdidos em torno de 4% do PIB (Produto Interno Bruto) mundial com acidentes de trabalho. Portanto, o dia 28 de abril é um dia muito importante para se discutir e refletir sobre o tema: Trabalho e Acidentes de Trabalho.

Aqui, em nosso País, são aproximadamente 3 mil mortes por acidente de trabalho. Em 2007, foram constatados 653.090 acidentes de trabalho, número superior ao do ano anterior, que foi de 512.232 acidentes de trabalho. São cerca de 3 mil mortes ao ano por acidente de trabalho.

É importante registrar esse fato porque as doenças do trabalho e as mortes por acidente de trabalho podem ser evitadas, mas as empresas, com o objetivo de aumentar ainda mais sua lucratividade, não tomam as medidas necessárias para prevenir os acidentes e as mortes no trabalho. E isso configura uma brutal exploração por parte das empresas, do sistema em que vivemos, que é o sistema capitalista, que predomina na maior parte do mundo.

Portanto, os trabalhadores e trabalhadoras lutam pelo direito a um trabalho

decente, digno, em que se evitem as mortes e os acidentes que acontecem cotidianamente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o do Democratas para falar ou indicar orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Falará, por todo o tempo, o deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, a Mensagem nº 14.209, encaminhada pelo Exm^o Sr. Governador, que altera o dispositivo da Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, causa-me uma enorme estranheza e enorme preocupação. Sou representante, deputado Heraldo Rocha, da Assembleia Legislativa no Conselho de Previdência do Estado da Bahia - Conprev, e sei que um assunto dessa importância não passou sequer pela análise dos membros desse conselho. Esse tema não foi discutido, em momento algum, com os sindicatos que representam os servidores públicos estaduais; não foi ventilado com nenhuma categoria, deputado Bira.

Todos nós sabemos que, desde a sua concepção, não é de hoje, o Funprev não construiu um fundo de reserva para fazer face aos pagamentos dos inativos sem o aporte de fontes orçamentárias. Vejo aqui, por exemplo, que o Tesouro Estadual aportou, em 2007, recursos orçamentários da ordem de R\$ 456 milhões; e em 2008 foram R\$ 557 milhões.

O que pretende o governo com esse projeto encaminhado a esta Casa? Pretende que o Estado não faça, por 2 anos consecutivos – 2009 e 2010 –, os aportes orçamentários previstos. Imaginem, todos sabemos que as receitas do Funprev são insuficientes para pagar a aposentadoria dos servidores públicos inativos. Isso é histórico, não é de hoje, o Fundo de Previdência estadual só sobrevive, mesmo com deficiência, com esses aportes que historicamente todos os governos do Estado têm feito.

O que este governo, agora, está querendo fazer, deputado Heraldo Rocha? Em dezembro de 2007, quando aprovamos esse projeto, criou-se um fundo extra de compensação que teria 2% da parte patronal para um fundo de reserva, uma espécie de poupança. E de acordo com um estudo encomendado pelo Conprev – conselho, repito, do qual faço parte – a uma empresa especializada, se fosse feito esse aporte, em 10 anos teríamos o equilíbrio e a garantia de que o servidor público teria, ao se aposentar, deputado Zé Neto, assegurado os benefícios concernentes a sua aposentadoria.

Mas o governo, com esse projeto, tira esse aporte através das dotações orçamentárias, o que vai afundar o Fundo de Previdência ainda mais. Outra coisa, ele tira até, deputado Gildásio Penedo, os recursos que são aplicados mensalmente nos bancos, aqueles que darão a garantia de um volume suficiente para evitar que a

inflação vá corroendo esse valor. O governo quer retirar até o dinheiro decorrente do lucro ou da correção da aplicação.

Pior do que isso, acessei o *site* da Secretária da Administração e constatei que existem lá – oriundos desse projeto que aprovamos criando esse fundo que daria a estabilidade ao Funprev em 10 anos – R\$ 63.229.690,00, para ser exato.

O governo quer retirar esse recurso, que vem sendo acumulado nestes 2 anos, do Fundo de Previdência! Isso é um golpe no funcionário público como nunca se viu. Pegando esses 63 milhões, que não pertencem a ele, com certeza absoluta vai deixar um rombo ainda maior para os futuros governos. E tudo isso porque está querendo melhorar o seu caixa.

Esses recursos são um direito adquirido através de um projeto de lei que aprovamos aqui nesta Casa em 2007. Ao retirar esse dinheiro, o governo está desprezando esse estudo feito por uma empresa especializada para dar estabilidade e a garantia da aposentadoria daqui a 10 anos. Haveria um Funprev equilibrado para dar garantia, como ocorre, hoje, com o novo sistema de Previdência, o Baprev, que aprovamos aqui para que aqueles que entrarem, a partir de agora, no serviço público já tenham um sistema de previdência diferenciado que lhes garanta, com os aportes mensais que estão fazendo, uma aposentadoria no futuro, do mesmo modo do Albaprev, que, hoje, dá a garantia de uma aposentadoria com os recursos que nós mesmos estamos depositando.

Entretanto o governo faz isso com o Funprev, e não pode. A consequência disso, que não vai ocorrer neste governo, mas em governos futuros, é que os servidores públicos do Estado da Bahia serão obrigados – obrigados! – a aumentar as suas contribuições para o Funprev não quebrar. Além disso, se for aprovado, esse projeto desobrigará os governos de, a partir deste momento, fazer aportes financeiros e orçamentários, e isso é uma quebra do direito adquirido.

Não se pode ter uma violência dessa natureza, sem que os sindicatos sejam ouvidos.

O Sr. Gildásio Penedo:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Concedo um aparte ao deputado Gildásio Penedo.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Deputado Gaban, parabéns V. Ex^a pelas considerações a essa matéria importante e chamo a atenção da Casa, dos servidores e dos teleouvintes da *TV Assembleia* para um dos artigos de que trata a mensagem do Exmo. Sr. Governador, que diz o seguinte, deputado Zé Neto: “Trata-se de medida excepcional, válida somente para o exercício de 2009 e para o exercício de 2010, a fim de minimizar a redução da arrecadação estadual decorrente da atual crise mundial.” Quer dizer, é o governo que se prepara, e acho que isso tem um certo cunho eleitoral, para poder dar margem aos pagamentos.

Portanto, isso é um absurdo.

Volto a chamar a atenção, neste momento, dos Srs. Deputados, e invoco o consenso dos parlamentares de que estamos mexendo na vida e na esperança de milhares e milhares de baianos que precisam tomar conhecimento disso.

Deputado Gaban, faço-lhe uma proposta: ao vir para cá, seja o secretário da

Administração, que é o responsável pela manutenção desse Fundo, seja os próprios conselheiros do Conprev – se houver a aceitação, a aquiescência deles, deputado Álvaro Gomes, a Casa vota esse projeto. O que não pode é V. Ex^a entender, compreender e usurpar uma competência do Conselho.

O Sr. GABAN:- Perfeito.

O Sr. Gildásio Penedo Filho: - Já vi alguns deputados dizerem que há um sentimento de unanimidade do Conselho. Ora, se assim fosse, não era necessário projeto de lei, porque a competência de alteração é do próprio governo.

O Sr. GABAN:- Deputado Gildásio, interrompendo V. Ex^a,...

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Agradeço-lhe, deputado.

O Sr. GABAN:- (...) dentro deste mesmo raciocínio, recebi, hoje, ligação de cinco conselheiros do Conprev, que estão abismados com esse projeto, que não é do conhecimento do Conselho nem passou por ele.

(O Sr. Gildásio Penedo fala fora do microfone.)

O Sr. GABAN:- Sou membro-representante da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia no Conselho, como conselheiro titular, e esse assunto, em momento nenhum, foi ventilado lá. Isso é um estupro ao servidor público do Estado da Bahia, é tirar-lhe um direito adquirido,...

O Sr. Heraldo Rocha:- Mais um.

O Sr. GABAN:- (...) é não lhes dar a garantia no momento que o servidor mais vai precisar, que é a hora da sua aposentadoria. Não haverá recursos, se esse projeto for aprovado como está, no Funprev para garantir aos servidores os benefícios decorrentes da aposentadoria.

Esta Casa não tem, Deputado Gildásio Penedo, Deputado Zé Neto, outra alternativa senão fazer uma audiência pública, chamando para uma audiência pública, como sugeriu o deputado Gildásio Penedo, todos os membros-titulares do Conprev, todos os sindicatos e todas as associações que representam os funcionários públicos do Estado para que tenham ciência e consciência do que está pretendendo o governo do Estado para, com uma medida imediatista, resolver parte do problema dele, pois divulgou, no final do ano, que tinha em caixa R\$ 1 bilhão, mas isso já foi descaracterizado numa audiência pública quando veio a esta Casa o secretário da Fazenda e mostrou que não existia esse dinheiro. Como o problema de caixa do Estado é enormemente assustador, o governo está querendo tirar R\$ 63 milhões, que daria, em 10 anos, a garantia de estabilidade do Funprev. para resolver um problema passageiro. Não se pode brincar com os servidores públicos do Estado. Os governos são passageiros, são transitórios, os funcionários do governo do Estado são definitivos, passam por todos os governos. Não podemos tirar um direito adquirido.

O Sr. Paulo Azi:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Concedo aparte ao deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- No apagar das luzes da sessão extraordinária o governo apresentou esse requerimento de urgência para a votação desse projeto. Naquela sessão, deputado Gaban, posicionei-me terminantemente contrário ao requerimento de urgência, até porque, mesmo não tendo maiores informações relativas a esse

projeto, estranhava-me o fato de um projeto que havia chegado a esta Casa na última sexta-feira, se não me engano, já estaria com a urgência sendo solicitada.

O Sr. GABAN:- E mais, deputado Paulo Azi, o prazo para apresentação de emendas encerra hoje, de maneira açodada, sem discussão.

O Sr. Paulo Azi:- Exatamente, a medida que a urgência foi aprovada só são 24 horas para a apresentação e apreciação de emendas.

Mas aí está a justificativa. Na realidade o governo tenta votar um projeto que, pelos argumentos já levantados neste plenário, é ilegal, tenta votar esse projeto sem o mínimo debate, e o pior, à véspera de um feriado, deputado Gaban, para que a opinião pública, em especial o servidor público, não tenha conhecimento da gravidade de um projeto que mexe profundamente com os recursos que irão garantir a aposentadoria do servidor público. Mais uma vez este governo demonstra o quanto é transparente, para não dizer o contrário. O projeto merecia, no mínimo, um amplo debate e as devidas explicações do governo, merecia, no mínimo, que aqueles que são responsáveis por gerir o fundo fossem consultados, ouvidos, mas não, o governo tenta aprovar o projeto no apagar das luzes, sem o conhecimento da população, em especial sem o conhecimento dos servidores públicos e sem o conhecimento da maioria dos parlamentares desta Casa que, por certo, voltarão na próxima segunda-feira para apreciar um projeto na terça-feira sem terem tido o tempo necessário para estudar um projeto de tamanha gravidade.

Parabéns a V. Ex^a.

O Sr. GABAN:- Incorporo o aparte de V. Ex^a e do deputado Gildásio Penedo ao meu pronunciamento.

O Sr. PRESIDENTE (Misaél Neto):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Concluo, Sr. Presidente, solicitando aos deputados da Maioria nesta Casa que não rasguem o passado em que V. Ex^{as} diziam que foram eleitos defendendo os servidores públicos. Essa sempre foi a luta e a grande bandeira dos deputados, hoje da Maioria nesta Casa, que se diziam defensores dos funcionários públicos. Não se pode rasgar um direito adquirido, tirar o direito à aposentadoria dos funcionários públicos do Estado da Bahia, sem que através de uma audiência pública esse assunto seja exaustivamente debatido para que os sindicatos se manifestem, para que, o Funprev, do qual eu faço parte como representante do Poder Legislativo, possamos aprofundar, mostrar os estudos que fizemos, mostrar à empresa de consultoria que foi contratada com essa finalidade, mostrar que esse aporte financeiro e essa poupança de R\$ 63 milhões, com base em fevereiro de 2009, que o governo quer retirar agora, que vai dar garantia para que daqui a 10 anos tenhamos o fundo de Previdência equilibrado, não adianta estudarmos, ir lá debatermos e jogar fora um estudo feito que dá uma garantia futura e uma tranquilidade não só aos servidores públicos mas aos seus familiares na hora que eles mais vão precisar...

O Sr. PRESIDENTE (Misaél Neto):- Para concluir, deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- (...) que é a hora da aposentadoria, por um problema financeiro do Estado, querer acabar com o direito adquirido. Temos que discutir o assunto. Esta é a obrigação do Poder Legislativo.

Espero, deputado Álvaro Gomes, que V.Ex^a, com a maioria dos pares que fazem parte do PT nesta Casa – que tiveram um passado que se dizia de luta em defesa dos servidores públicos do Estado – não rasgue o seu passado. Discutam de maneira aberta, e depois do consenso quem quiser que o aprove. Vamos aprovar por unanimidade, mas não vamos, pela falta de discussão, prejudicar todo o funcionalismo do Estado da Bahia.

Finalizo dizendo que os governos são transitórios. O que fica são os servidores. Esses são permanentes até a aposentadoria. Não podemos rasgar o direito adquirido. Se quiserem discutir o tema, vamos fazê-lo através de uma audiência pública para que prevaleça a transparência, que é, deputado Heraldo Rocha, e meus queridos amigos presentes, a bandeira deste governo – como o deputado Álvaro Gomes tem dito –, da democracia do republicanismo. Não se pode de uma forma ditatorial, sem uma discussão, aprovar um prejuízo sem precedentes para o funcionário público do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria, ou do PT, para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, o deputado Bira Corôa falará por todo tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o deputado Bira Corôa, representante de Camaçari e de toda Região Metropolitana, por todo tempo.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Servidores, usarei a tribuna neste momento, em primeiro lugar, para reafirmar o que já disse nesta Casa.

Foi feita uma denúncia nesta Casa a respeito de uma intervenção na sede do PTN em Camaçari. Mais vez quero reafirmar que a intervenção não teve uma ação do prefeito de Camaçari, como foi insinuado, muito menos do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, estou à vontade para dizer isso, porque sempre lutamos em Camaçari, na Bahia e no Brasil pela democracia. Temos origem. Atravessamos o processo de perseguição de uma política mesquinha, em que o abuso de poder prevalecia sobre o direito do cidadão. Conseguimos reverter esse fato com as eleições de Lula, de Wagner e, em Camaçari, do prefeito Luiz Carlos Caetano.

Não concordamos com o ato da violência. Tivemos sindicatos agredidos, carros de som incendiados, militantes que sofreram agressões em campanhas, em atividades sociais, e não concordamos com essa prática, com essa ação. Por isso, o Partido dos Trabalhadores emitiu uma nota pública que hoje entreguei ao deputado João Carlos Bacelar, com a posição do partido, solidarizando-se com o PTN e não concordando, apelando para que esse fato seja apurado e que os responsáveis, de fato, possam responder pelos seus atos.

Sei muito bem que foi uma ação isolada, ocorrida numa reunião de sindicatos

que estava acontecendo na sede do partido. Isso não justifica a violência, quero deixar claro, mas foi uma desavença entre militantes de uma base sindical inconformados, que chegaram a um ato de agressão, consequentemente danificando o patrimônio. Em hipótese alguma pode-se relacionar esse fato a administração do prefeito Caetano ou ao Partido dos trabalhadores.

Por isso, Sr. Presidente, sinto-me muito à vontade para estar aqui mais uma vez defendendo a gestão do prefeito Caetano, o processo democrático que foi implementado em Camaçari, e não é à toa, Sr. Presidente, que no processo hoje Camaçari é governada por uma frente de 13 partidos que se sentem contemplados, respeitados e que têm direito de intervenção e participação no município. Consequentemente, não demonstra um governo autoritário e sim um governo democrático conduzido pelo prefeito Luiz Carlos Caetano.

Sr. Presidente, quero também aproveitar o pouco tempo que ainda me resta para discorrer sobre a marcha de ontem, ou a greve, como assim foi chamada, dos prefeitos. Sr. Presidente, a UPB como instituição, nós a defendemos como instituição, no processo de campanha, o prefeito Luiz Carlos Caetano apelou, muitas e muitas vezes, para que não se partidarizasse a condução da entidade, para que ela, com autonomia, pudesse administrar os interesses de todos os prefeitos, os interesses dos municípios que de fato ela representa. E, Sr. Presidente, o que assistimos agora foi uma tentativa de partidarizar a instituição com a forma equivocada de condução, primeiro, tentando puxar o movimento, fazendo frente a uma gestão que tem sido aberta, participativa e respeitosa, acima de tudo, com os municípios.

O governo Wagner, fato inédito neste Estado, chamou todos os prefeitos eleitos, Sr. Presidente, para um encontro com todos, sem rotulação e sem discriminação, e se reuniu com os prefeitos, com as primeiras-damas, com os vice-prefeitos, se colocou aberto, já que todos os prefeitos que têm procurado agendar audiências com os secretários, com o governo, de forma geral, até com o governador, têm conseguido e a maioria das solicitações dos municípios têm sido atendidas. Assim também o governo Lula que tem sido um governo de maior participação, o primeiro governo deste País que tem recebido a frente dos prefeitos como defesa da ação municipalista e, consequentemente, Sr. Presidente, a UPB, fato justo. Mas, tentou-se trazer o movimento, direcionar, empurrar os prefeitos do Estado da Bahia contra o governo Lula e o governo Wagner, tentando transferir responsabilidades.

Sr. Presidente, sei que a crise é mundial, que a crise está chegando ao Brasil, mas com intensidade bem abaixo do que chegaria se fosse nos governos passados; tem chegado na Bahia com intensidade, deputado Zé Neto, muito menor do que chegaria em gestões passadas. Mas a UPB, equivocadamente, apresenta inclusive para a imprensa, Srs. Deputados, uma lista de mais de 270 prefeitos, quando a maioria assume que não esteve aqui, que não participou, e isso mostra na realidade, que a entidade está conduzindo uma ação muito mais tentando partidarizar um fato do que apresentar alternativas para os municípios e para a sociedade baiana.

Por isso, Sr. Presidente, é que posso dizer que a ação de ontem, eu a respeito, é justa, mas gostaria de ver esses mesmos prefeitos que estavam caminhando ou

aqueles cujos nomes estão numa lista, que não estiveram, mas a entidade assume a responsabilidade, estão recebendo nos seus municípios, com democracia, com respeito, as comunidades e a sociedade para debater as ações dos municípios. Tenho certeza que a maioria dos que estavam aqui sequer recebem as suas comunidades.

Tenho certeza de que a maioria dos que estão aqui sequer permitem organização de setores da sociedade local. Posso dizer isso porque tenho andado esta Bahia inteira e muitos prefeitos que estão listados aqui, e com certeza os poucos dos que estavam nesse movimento, sequer permitem a organização dos servidores públicos dos seus municípios, sequer respeitam os sindicatos, sejam eles rurais ou urbanos, sequer permitem a autonomia de elaboração e de fundação de entidades de classes ou setoriais dos municípios, porque não respeitam a organização popular e têm medo da capacidade de organização do nosso povo.

É por isso, Sr. Presidente, que quero dizer que respeito esse ato, é válido, mas a condução é equivocada e mais equivocada ainda é tentar apresentar uma lista que não bate com a realidade, que não condiz com a presença real. Então, isso descaracteriza, inclusive, o movimento, e a entidade tem que pensar que, acima de tudo, tem que ter responsabilidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Está encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*